EL FINAL DEL FRANQUISMO Y DE LA TRANSICIÓN ESPAÑOLA COMO EJEMPLO EN LA PRENSA BRASILEIRA[1]

Carla Luciana Silva[2]
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

El proyecto de investigación busca percibir las influencias del proceso de transición española en el proceso brasilero. Mientras la dictadura brasilera llegaba a sus diez años, la Revolución Portuguesa empezaba y luego vendría el final de la dictadura de Franco. El uso que los brasileros, sobretodo la prensa que ayudaba a mantener la institucionalidad de la dictadura, hicieron acerca del proceso europeo es nuestro problema de investigación. En ese trabajo proponemos mostrar como la revista Veja trató el problema del franquismo del año 1974 al 1979. Como eran hechas las referencias a Franco, su régimen, la dictadura, al mismo tiempo en que el régimen brasilero empezaba, tímidamente a buscar opciones para abrir un proceso democrático, lo que solo concretaría en el 1985. Aquí empezaban tímido conflictos entre la prensa y el gobierno en el sentido de construir la abertura. Por eso, la prensa brasilera promueve la divulgación de algunos teóricos, como Juan Linz, y políticos como Felipe González. Lo que buscamos percibir es si la figura de Franco fue utilizada como alguna forma de presión sobre el gobierno brasilero. El cuerpo documental soma más de 200 páginas de materiales periodísticos, entre 1974 y 1979 pero aquí damos cuenta de 1974 y 1975.

O final do franquismo e da transição espanhola como exemplo na imprensa brasileira

O projeto de pesquisa busca perceber as influências dos processos de transição ibéricas no processo brasileiro. Enquanto a ditadura brasileira chegava aos seus dez anos, a Revolução Portuguesa começava e logo viria o final da ditadura de Franco. O uso que os brasileiros, sobretudo a imprensa que ajudava a manter a institucionalidade da ditadura, fizeram acerca do processo europeu é nosso problema de investigação.

[1] Projeto Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2009), (PTDC/HIS-HIS/121001/2010).
[2] Docente da Graduação e do Programa de Pós Graduação em História – UNIOESTE. carlalusi@gmail.com

Nesse trabalho propormos mostrar com a revista Veja tratou o problema do franquismo dos anos 1974 a 1979. Como eram feitas as referências a Franco, seu regime, sua ditadura, ao mesmo tempo em que o regime brasileiro começava, timidamente a buscar opções para abrir um processo democrático, o que apenas se concretizaria em 1985. Aqui começavam tímidos conflitos entre a imprensa e o governo no sentido de construir a abertura. Por isso, a imprensa brasileira promove a divulgação de alguns teóricos, como Juan Linz, e políticos como Felipe Gonzalez. O que buscamos perceber é se a figura de Franco foi utilizada como alguma forma de pressão sobre o governo brasileiro. O corpo documental soma mais de 200 páginas de matérias jornalísticas, entre 1974 e 1979, mas aqui apenas abordaremos o período de 1974 e 1975.

O ano de 1974

Em 1974 assume o quarto presidente-general, o ditador General Ernesto Geisel a presidência do Brasil. Ele assume com um discurso que pode ser considerado a primeira vista "aberturista", embora sua prática não tenha avançado nesse sentido. Seu discurso, entretanto, falava da implantação de uma "abertura lenta, gradual e segura". Internamente, dentro da sociedade política passa a ser perceptível uma oposição burguesa, que mesmo dando sustentação ao governo, busca pressionar pela abertura política, ainda que totalmente sitiada na ordem institucional. A derrocada dos regimes autoritários em Portugal e Espanha parece ter contribuído para o debate político daquele momento. O que queremos ressaltar é o papel da imprensa brasileira nessa questão política. A imprensa atua claramente como um sujeito político que busca pautar a política. Entretanto, em tempos de ditadura, essa ação é bastante limitada.

Não temos o objetivo aqui de traçar uma comparação entre as ditaduras portuguesa, espanhola e brasileira. Apenas ressaltar algumas características dessa última para podemos situar melhor o texto da imprensa e a forma como promove a apropriação da história dos países europeus. No Brasil a ditadura se caracterizou por uma forte institucionalidade, demarcada pela criação de leis que regulamentavam o regime de exceção. E junto com isso, por uma forçada aparência democrática, na medida em que havia processos eleitorais (indiretos, eleitos pelo Congresso Nacional mediante indicações militares), que faziam mudar os nomes que exerciam a presidência. Assim, não tivemos um ditador, mas cinco: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Ernesto Geisel e Figueiredo. Não há, portanto, a característica de personificação do poder.

Foram 21 anos de poder compartidos pelos militares de acordo com a correlação de forças entre eles. Cabe lembrar que o contexto da ditadura brasileira é aquele das Ditaduras de Segurança Nacional da América Latina nos anos 1960 e 1970. O terror de estado era sua característica forte, e por isso a construção de inimigos internos tinha papel central. Os focos guerrilheiros de luta armada eram tratados como "terroristas", que ao invés de serem censurados na grande imprensa, eram noticiados para reproduzir sempre a lógica da "caça ao terror". Não se falava de tortura, menos ainda dos desaparecimentos forçados impostos pela ditadura. Tudo isso é importante para situarmos a cobertura do processo espanhol, momento em que vislumbramos assuntos proibidos no âmbito interno serem noticiados, comentados e reproduzidos.

Dizer isso nos ajuda a compreender a forma que se gesta a cobertura da imprensa brasileira, sobretudo da revista Veja, foco central desse artigo. Basta-nos dizer que se trata de uma revista semanal, editada pelo Grupo Abril dede 1968 (até hoje), e que sempre buscou ter influência na agenda política nacional.

Cabe uma observação prévia, de que são raros os estudos no Brasil que tratam na questão da transição espanhola, embora saibamos que nas ciências políticas tenha havido publicações de artigos que tiveram forte influência política no debate brasileiro.

A ditadura da Espanha

Já na primeira edição de 1974 Veja anunciava na manchete: "Hora de repressão", para noticiar com isso o acirramento das posições em Espanha devido ao assassinato de Carrero Blanco, mostrando um quadro de possível endurecimento do regime. Já que não conseguia punir os culpados pelo atentado, "seu regime parecia enfraquecer, reforçando os argumentos da linha dura da extrema direita, que se mostrava disposta a sair às ruas e polarizar perigosamente o país".[3] Ao mesmo tempo já anunciava o que considerava "choque entre Igreja e o Estado com a detenção de mais dois sacerdotes acusados de atividades subversivas", citando o caso do cardeal Enrique y Tarangon. Conclui com uma fala de Gerald Ford, vice-presidente dos Estados Unidos: "parece que estamos em Nuremberg". Esse era portanto o quadro de caça ao inimigo, a qualquer preço que buscava mostrar a revista. Chama atenção, entretanto, uma fotografia de um cartaz de manifestação de rua em que lemos: "Basta ya de fascismo

[3] Veja. Hora da repressão. 2/1/1974, p. 29.

(Bascos em Paris: contra Franco)". O fascismo aparece nomeado e figurado na revista que estava sob censura no Brasil.

Na sequencia vemos os acontecimentos se desenrolar e junto com isso o aclaramento da concepção político do franquismo: a personificação e a fidelidade devida a ele por todos que o cercavam. Assim se desenvolve uma matéria em que se busca qualificar Arias Navarro, citando-o: "reconheço que sou genioso às vezes, impetuoso, mas no fundo, considero-me uma pessoa suportável".[4] O político, que segundo a revista combatera na II Guerra Mundial ao lado das forças de Hitler, aparece como uma pessoa comum, descaracterizando seu papel político e centrando-se numa questão pessoal.

Logo depois disso entra na pauta a questão da morte de Salvador Puig, onde o caso é apresentado, assim como o garrote vil mostrado "considerado desumano, cruel e lento".[5] Em seguida, apresenta a questão basca, o surgimento do ETA para concluir: "Essa repressão, contudo, em lugar de aniquilar a cultura local, fez com que se fortalecesse sua oposição ao regime franquista, e acabou germinando organizações como a ETA", inclusive com a criação da Frente Nacional de Libertação, "reunindo sob a plataforma do combate ao franquismo todos os partidos oposicionistas".[6] Podemos ler portanto que o aumento da repressão gerou o seu contrário, a organização das forças de oposição.

Começa a aparecer na revista a figura de Juan Carlos de Bourbon: "moderador, representante supremo da nação e a personificação da soberania nacional".[7] A ideia da existência de uma política de moderação passa a ser apontada como solução à contradição apontada acima. Nesse sentido se mostra uma figura do príncipe como franco apoiador do franquismo, mas também alguém que jamais deixava claro seu planejamento futuro para a política espanhola, no pós-franquismo.

O conflito do Estado franquista com a Igreja reaparece ao tratar do caso do bispo de Bilbao, dom Antonio Añoveros, concluía: "no final da semana, entretanto, com a Igreja mobilizada em toro do bispo e o governo aparentemente pouco disposto a retroceder de suas duras posições iniciais, sabia-se apenas que as duas partes pareciam ter ido longe demais".[8] Não há, portanto, qualquer ingerência da censura brasileira sobre

[4] Veja. Mais que Carrero. 9/1/1974, p. 46.
[5] Veja. Da Inquisição a Franco, estrangulando. 16/1/1974, p. 36.
[6] Veja. 16/1/1974, p. 37.
[7] Veja. Outra evidência. 20/2/1974, p. 42.
[8] Veja. Longe demais, 13/3/1974, p. 33.

a cobertura, pois a mesma chega a dizer que Franco "foi longe demais" sem sofrer qualquer punição.

Cabe aqui fazermos um parênteses, porque há dois elementos a ressaltar sobre a postura de Veja sobre a ditadura. Em que pese essas matérias estarem denotando uma postura crítica frente ao franquismo, a revista foi base de apoio ao projeto econômico da Ditadura brasileira. Há um certo consenso no meio intelectual brasileiro de que nos anos 1970 Veja seria uma revista mais progressista do que passaria a ser nos anos 1980 e 1990, quando passou a base de sustentação da construção do projeto neoliberal brasileiro.[9] A leitura sistemática dessas matérias nos apontam para hipótese de que justamente essas matérias da seção Internacional tiveram um papel central para a formação desse consenso, desse capital cultural que a revista construiu em torno de si para mostrar-se como "progressista". Os censores não se preocupavam com a cobertura internacional, e com isso essa era de fato uma cobertura mais confiável no sentido de não estar atendendo às exigências da ditadura brasileira. Indagado sobre se havia sofrido censura na sua cobertura daquele período, o então repórter de Veja Paulo Sotero negou que tenha havido algo de significativo em termos de censura.[10] Muito embora o então editor da revista, jornalista Mino Carta, insistisse em remontar à censura que a revista sofrera, sem apontar algo específico na cobertura hora em foco.[11] Em todo caso, cabe ressaltar que a revista enviou Sotero como correspondente para Lisboa na queda do salazarismo e para Madrid na queda do franquismo[12] e sempre ditadura era o que acontecia lá fora, em outro continente.

Pós franquismo

Um elemento marcante dessa cobertura é a definição temporal. A relação que se faz, instrumental sobre o passado: o franquismo em dado momento passaria a ser passado, como se num passe de mágica tudo o que o envolvesse deixasse de existir. Para isso serve a personificação de Franco como a alma do regime, e a construção de um verdadeiro mito em torno dele[13], mas não explica tudo. É preciso perceber essa característica da historia do tempo presente de manipular as palavras, de atribuir ao

[9] SILVA, Carla. VEJA: o indispensável partido neoliberal. Edunioeste, Cascavel, 2009.
[10] SOTERO, Paulo. 9/11/2011. Email trocado com a autora.
[11] CARTA, Mino. 22/11/2011. Email trocado com a autora.
[12] A cobertura relativa ao caso português foi analisada em: SILVA, Carla. A revolução portuguesa na imprensa brasileira. In: VARELA, Raquel (Org.) Revolução ou transição. Lisboa, Bertrand, 2012.
[13] Como mostra o estudo: ZEBONI, Laura. La construcción Del mito de Franco. Madrid, Cátedra, 2011.

passado aquilo que se passa a querer esquecer, aquilo que já não serve mais. A imprensa assume papel central nesse processo, de ser um rascunho, como que um limbo, a-histórico, apenas registraria o que no futuro seria cristalizado pelos historiadores. Nos parece ser essa a razão de termos, taxativamente, a definição de um "pós-franquismo", que passaria a existir com a morte de Franco e que levaria junto com ele todo o passado de relações sociais que lhe davam apoio e sustentação.

O primeiro passo é a construção da idolatria em torno do homem: "na verdade, a cada 10 metros do solo espanhol é possível encontrar provas de que o generalíssimo não é uma ilusão de ótica. Sua efígie passa de mão em mão, gravada em toda espécie de moeda em circulação no país".[14] Narra-se a onipresença do homem, sua foto, sua presença em lugares públicos, em festejos e atos. Por isso, "a Espanha encontra-se numa espécie de contagem regressiva". Embora sem definições políticas que apontassem um caminho concreto de oposição, "com esperança ou temor, os espanhóis preparam-se para o salto no pós-franquismo". Mesmo assim, dizia que o príncipe que se tornaria rei estava "irremediavelmente condenado à tutela dos velhos franquistas ou do Exército". Ou seja, é uma contradição falar em pós-franquismo, mas é uma tentativa de atribuir a um único responsável a ditadura franquista. Uma carta e leitor mais tarde diria: " o salto do pós-franquismo já vem tarde, talvez tarde demais".[15]

Na hora de anunciar a oposição que se formava, Veja falava, por exemplo, do socialista Enrique Tierno Galván, "professor cassado da Universidade de Salamanca e um dos oposicionistas mais respeitados da Espanha". Além dele, a citação segue falando de "um empresário madrileno insuspeito de idéias esquerdistas" que declarava "o franquismo é uma roupa apertada, que não cabe mais".[16] Assim como fala em oposição "não esquerdista", busca ainda afastar o príncipe de suas relações com "os tecnocratas da Opus Dei", que teriam sido descartados com a morte de Blanco, embora se faça questão de atribuir a eles o status de grupo muito prestigiado por ter sido "arquiteto do milagre econômico".

Depois de traçar as possibilidades, de mostrar um príncipe como alguém que "quer servir ao povo", conclui que "estão em jogo, no emaranhado novelo da sucessão de Franco, questões de substância, como a liberalização ou a continuação do regime".[17]

---

[14] Veja. O salto no pós-franquismo. 24/4/1974, p. 48.
[15] Veja. 15/5/1974, p. 8.
[16] Veja. O salto no pós-franquismo. 24/4/1974, p. 49.
[17] Idem, p. 50.

Espanha volta a ser notícia por conta do seqüestro do diretor do Banco de Bilbao em Paris. A revista noticia que "a polícia francesa vem tratando o caso com reserva, mas sabe-se que está acompanhando de perto todas as manifestações de protesto contra o regime franquista realizadas em Paris".[18] A matéria aponta várias falhas do sistema de segurança, deixando clara a presença do estado muito além do seu campo legal/administrativo.

Outra questão que é explorada por essa cobertura é a proximidade com o processo português, a Revolução de Abril (dos Cravos). O fato principal foram as "idéias liberais" de Manuel Díez-Alegria Gutiérrez. Ele teria recebido envelopes anônimos contendo variados modelos de monóculos, alusão clara a Spínola, em Portugal que teve papel importante na tomada do poder e deposição de Marcello Caetano. Essa seria "uma espécie de senha revolucionária na península Ibérica".[19] Especulava-se então, "estaria em preparação, na Espanha, um golpe semelhante ao português?"

Em julho de 1974 as notícias voltam a dar conta da doença de Franco, com ele internado, o país é mostrado paralisado: "enquanto ainda não era possível", nos boletins médicos visualizar melhoras, "a Espanha vivia de respiração suspensa, ameaçada pela possibilidade de sofrer uma mudança de comando".[20] Aqui era como se a sociedade espanhola padecesse junto com o seu mandante. O certo era a incerteza diante do fato de "sobrar apenas o vagão espanhol no trem dos regimes autoritários inaugurados por Mussolini na Italia". Enquanto isso, as ditaduras seguiam imperando na América Latina, inclusive no país da revista que repetia a pauta externa. Quiçá, com isso poderia despertar o senso crítico de algum leitor.

Como não seria ainda a hora de Franco, sua recuperação não poderia deixar de ser tratada como "a ressurreição". É reproduzido um tom de exaltação, até de louvação, trazendo falas que ressaltavam "a lição de fidelidade à Espanha dada por Franco". [21] Parece se tratar de uma posição ambígua: não detratar a figura de Franco e ao mesmo tempo especular sobre o que viria. A sua hospitalização foi considerada um "ensaio geral do pós-franquismo". Mais uma vez, o franquismo aparece como obra de um homem, sem relações sociais que o fundamentavam. O clima de negociações de Juan Carlos de Bourbon, especialmente com a Falange, que seguia pressionando: "nós

[18] Veja. A lista negra. 15/5/1974, p. 56.
[19] Veja. Monóculo recolhido. 26/6/1974, p. 84.
[20] Veja. Flebite, gastrite. 24/7/1974, p. 46.
[21] Veja. A ressurreição. 31/7/1974, p. 56.

ganhamos uma guerra particular para construir um Estado Novo, e defenderemos a legitimidade com unhas e dentes. A lição de um país vizinho (Portugal) está aí, com suas conseqüências de irresponsabilidade política e experiências de salão", é fala do conselheiro nacional da Falange, Francisco Labadie, destacada na revista.[22] Estava claro a pressão interna, mas também externa, na medida em que a experiência revolucionária portuguesa era diretamente citada. Mas, diante dos impasses, a conclusão era que, de um jeito ou de outro, nada seria suficiente para "impedir uma evolução do processo político espanhol".

Progressivamente as propostas consideradas liberais no seio do próprio governo iam sendo derrubadas, de acordo com Veja, todas as "numerosas correntes centristas são hoje alijadas de qualquer participação".[23] A mais uma vez o "alerta português" comparecia. Havia greves, mobilizações e, "além disso, há um outro motivo, chamado Portugal", e mais, "o exemplo do vizinho é um alarma a soar continuamente para os guardiões do regime de Madrid".[24]

Sem dúvidas, o exemplo português estava demasiado próximo, e Veja falava dele se referindo à Espanha, mas também ficava a ameaça recaindo sobre o Brasil. A tônica da cobertura sobre Portugal e o fim do salazarismo não é significativamente distinta da que estamos vendo sobre a Espanha[25].

1975

No decorrer do ano de 1975, a revista segue acompanhando os acontecimentos espanhóis. O clima de muitas mobilizações, greves, manifestações: "há greves nas fábricas, protestos nas ruas. Os estudantes deixam as universidades e ganham as praças, os meios políticos são invadidos pela incerteza", e tudo isso levaria a um "ar impregnado de inevitáveis reminiscências de um certo maio em Paris ou um abril em Portugal".[26] A grande questão dessa matéria era tentar buscar na situação as "idéias reformistas" provenientes do próprio Exército espanhol", que estaria se inspirando no MFA português. Nada parecido com isso ocorreu no Brasil, mas ao falar de Espanha havia muita esperança: "não está afastada a possibilidade de um abril à portuguesa,

[22] Veja. Sejamos claros. 6/11/1974, p. 44.
[23] Veja. Permissão proibida. Veja. 11/12/1974, p. 70.
[24] Idem, p. 72.
[25] SILVA, Carla. A Revolução de Abril na imprensa brasileira. In: VARELA, Raquel. (Coord). Revolução ou transição? Bertrand, Lisboa, 2012.
[26] Veja. Abril ou maio? 26/2/2975, p. 38.

capaz de romper com o passado e mudar a história".[27] Mostra-se aqui a mobilização feita desde baixo pela igreja, por mulheres e estudantes, que denunciavam "o desemprego e as condições de vida dos camponeses".[28] Andaluzia, Barcelona, Madrid, por todo lado a revista relatava manifestações. Imediatamente mostra também homens de governo, diretamente vinculados a Franco como Arias Navarro prometendo "rigor implacável contra a subversão". Em todo caso, as pressões deveriam levar o governo a assumir ideais mais liberais. Perceba-se a absoluta contradição, pois quando o assunto era Brasil a posição da revista sempre foi contrária a manifestações que ousassem dizer qualquer coisa contra o regime militar.

Paulo Sotero, repórter de Veja publica matéria sobre a "questão militar", onde argumenta que embora haja ainda apoio a Franco, e se "tudo mudou na Espanha, até a Igreja, é natural que as Forças Armadas sejam conduzidas a uma nova mentalidade". Segundo ele, os oficiais seriam "menos permeáveis ao espírito de fanática 'cruzada' imposta por Franco durante e após a luta contra os republicanos".[29] Usa-se um eufemismo para tratar o franquismo, nomeado como "regime forte", já que ditadura deveria ser palavra forte para a censura brasileira.

Muitas vezes Veja tratando da questão da sucessão fez questão de associar o príncipe Juan Carlos a Franco, deixando claro que embora fosse uma ruptura da linha de sucessão, Juan era o escolhido, desde 1969, e que nisso não se mexeria, embora fale da tortuosa relação dele com seu pai, assim como das manobras da mulher de Franco relativas ao casamento de sua neta com um outro membro da realeza. O que mostrava claramente é que "Juanito" significava "a continuidade do regime do poder absoluto",[30] demonstrando ainda que o seu silêncio frente às indefinições políticas "equivaleria a uma definição em favor do franquismo".[31]

O clima de terror absoluto instalado no final de 1975 é mostrado na revista, que noticia ainda a onda de protestos geradas em vários lugares do mundo contra as execuções, cinco confirmadas e seis comutadas em prisão perpétua em apenas três meses. Além de mostrar as diversas intervenções internacionais, incluindo pedidos de clemência papais, a revista mostra o decreto de agosto, "destinado a combater e prevenir o crescente terrorismo dentro da Espanha". Segundo a matéria, "Nos termos do decreto,

[27] Idem, p. 39.
[28] Idem, p. 27.
[29] Veja. Questão militar. 12/3/1975, p. 33.
[30] Veja. Juanito vai falar? 25/6/1975, p. 31.
[31] Idem, p. 32.

praticamente tudo é matéria de delito, desde a 'greve', a 'manifestação e rua' e a solidariedade com pessoas culpadas ou condenadas', até a simples crítica ao governo, expressa 'publicamente ou de maneira clara ou velada".[32] Outra característica assustadora dessa lei é elencada pela revista, caracterizando de forma inequívoca o terror de estado: "as forças da repressão têm amplos poderes para violar domicílios e prender suspeitos, não sendo obrigadas, durante dez dias, a dar nenhuma conta das detenções efetuadas".[33]

Na semana seguinte, a revista volta ao tema, trazendo na sua capa uma imagem de Goya, comentado no editorial como uma intenção de recordar "certas singulares coincidências e contradições com o passado". E, no mesmo texto assinado pelo diretor da revista, Mino Carta, aparece a crítica atroz ao processo revolucionário português, prestes a ser esmagado: "em Portugal há o sinal da prepotência, que nivela as ideologias, que as transcende até mostrar, apenas e tão somente, o rosto da tirania, sem cor e sem credo, implacavelmente igual onde quer que ela se manifeste".[34]

O quadro do "cerco a Madri" mostra as sanções e boicotes internacionais contra o país, onde "mais uma vez, com impressionante vigor, a Europa se fechava contra um contumaz, familiar inimigo, já velho de quase quatro décadas: o regime franquista".[35] O quadro é mostrado como um "fastígio do autoritarismo e afirmações nacionalistas, de intolerância e medo". E, na sequencia, dá voz a Franco para dizer que os países que se levantavam contra a Espanha seriam "corrompidos pelo comunismo". E várias manifestações de apoio a ele, onde apareciam inclusive vivas a Pinochet, e incitações à morte do papa Paulo VI. Interessante observar que a revista chega a narrar que na Espanha imprensa "recebeu instruções de não publicar de forma alguma as declarações do papa contra o fuzilamento".[36]

A cobertura em alguns momentos dá a impressão de que ao mostrar o aprofundamento da repressão espanhola estaria atentando à esquerda e a qualquer forma de resistência brasileira que as coisas poderiam piorar, como se via e mostrava. Ao governo espanhol "interessava, sobretudo, aplicar exemplares punições aos culpados por atividades subversivas". Não há, portanto, qualquer legitimidade na luta de subversão da ordem, mesmo que se trate de uma ditadura fascista. E os limites da

[32] Veja. Ritual sumário em Madri. 1/10/1975, p. 26.
[33] Idem.
[34] Veja. Carta ao leitor. 8/10/1975, p. 19.
[35] Veja. Agora, o cerco de Madri. 8/10/1975, p. 28.
[36] Idem, p. 31.

ditadura são mesmo desse tipo: sempre podem ser apertados um pouco mais, é o que Veja está reforçando ao público brasileiro. Não bastasse a repressão, lista ainda os maus-tratos aos presos. Em contrapartida, faz questão de mostrar as ações dos terroristas do ETA, forma de justificar ação repressiva. Essa seguia sendo a tônica brasileira: incitar a ação e resistência para justificar o aumento da repressão.

Obviamente, na sequencia se enunciam "dias de medo", pois "com os fuzilamentos, o governo pretendeu estancar a onda terrorista, mas em vez disso está preparando uma nova guerra civil", citando Joaquim Ruiz Gimenes.[37] Faz-se o esclarecimento sobre o ETA: são socialistas, mas não comunistas. E, diante dos atentados de extrema-direita concluía que mais violência geraria mais violência.

Até que se chega ao "final biológico", muito próximo à morte de Franco, fartamente noticiada por Veja. Mais uma vez se retoma a tese do "pós-franquismo", que "ocorreram ao redor do leito de morte do caudilho". Assim, o regime passa a ser definido como exclusividade da vontade histórica de um homem. E conclui: "o caudilho pertencia ao passado – e que a hora do pós-franquismo havia chegado, afinal".[38] Assim, tão rapidamente, o tempo passava a ser agente histórico e apagava tudo o que de fato ainda existia no regime, na estrutura política e social, para criar algo novo. Todos aqueles que sustentaram e lucraram com o franquismo poderiam sentir-se aliviados, não seriam responsabilizados por nada, apenas teriam que mudar sua postura política.

Mas, nas longas páginas da cobertura se abre espaço para dizer que o novo governo deveria abrir para uma "arejada" liberal, uma "transição pacífica para um regime liberal, com a permissão dos partidos políticos e a restauração das liberdades fundamentais na Espanha". [39] e que, de qualquer forma, a liberalização seria o único caminho, como apontavam os teóricos da transição: tornar mais liberal, mesmo os apoiadores da ditadura, dar uma aparência democrática para seguir adiante o projeto político/democrático: "Seja como for, não há dúvida de que o sucessor de Franco, mesmo se quisesse, encontraria enormes dificuldades para seguir à risca o modelo de seu antecessor, governando com a mesma mão de ferro e o mesmo descaso pelas forças políticas do país". As falas vêm acompanhadas das imagens de "La pasionara" e Santiago Carrillo, explicitando que a escolha deveria ser liberal. Também nesse sentido seriam exploradas fissuras dentro do franquismo, mostrando alguns interlocutores que

[37] Veja. Dias de medo. 15/10/1975, p. 36
[38] Veja. Franco chega ao final. 29/10/1975, p. 28.
[39] Idem, p. 31.

poderiam aceitar um discurso mais aberto, sobrelevando a questão econômica. Dessa forma, o discurso do "fim do franquismo" é apenas uma peça de discurso político.

Mas, é um discurso forte, que voltaria na manchete da semana seguinte: "começa a era pós-franquista". O estado espanhol é mostrado como sofrendo uma verdadeira acefalia, já que não haviam interlocutores de Franco capazes de seguir politicamente. A ditadura é ato de um homem só, e tem data para acabar. Não acaba pelas lutas sociais, mas pela ação de um homem, que no caso, morreu e passou então a revelar-se a história. A crítica a esse modelo de transição nos parece pertinente, sobretudo porque o que estava em jogo era muito mais do que o caso espanhol, mas a medida em que ele deveria servir de exemplo para os anunciados fins futuros para as ditaduras apoiadas pelos Estados Unidos na America Latina, sendo o Brasil apenas um dos casos. É importante nessa perspectiva mostrar apatia popular e caracterizar os movimentos de resistência como "terroristas". É como se as elites definissem (pessoalmente) o desenrolar da história.[40]

Veja traz uma entrevista do príncipe espanhol onde fica claro o limite da liberalização, pois o partido comunista não seria contemplado, por ter "uma filosofia política que desconsidera totalmente alheia ao conceito de democracia".[41] Saindo de um ditadura fascista de quatro décadas os comunistas são acusados de anti-democráticos, provando assim que o discurso anticomunista é muito mais forte do que parece num primeiro momento. Esse discurso vai levar a uma prática "transformista" por parte dos partidos comunistas, como de resto já estava em voga na Espanha do euro-comunismo, coadunando com o discurso da manutenção da ordem a qualquer preço.[42] Desse processo de transição uma das consequencias seria justamente os comunistas deixando de mostrar-se enquanto tal. O conceito de revolução passa a ser substituído pelo de "evolução": ser "nem de direita, nem de esquerda, nem mesmo do centro", nas palavras de Juan Carlos para Veja.

Em seguida, uma longa cobertura anuncia que "a longa agonia chega ao fim". São sete páginas de textos e imagens, mostrando o caixão, o desespero dos apoiadores, as filas de populares para o cortejo fúnebre, e ao mesmo tempo acompanhando o que anuncia estar ocorrendo na Espanha: um súbito interesse pela vida da Família real. Várias páginas são dedicadas para mostrar a vida de Franco uma "vida no passado",

[40] Essa crítica se baseia em VITULLO, Gabriel, 2006.
[41] Veja. Impressões de um diálogo com o príncipe. 5/11/1975. P. 40.
[42] BLANCO, 2012.

como se com isso houvesse uma borracha que permitisse apagar esse passado e iniciar uma "nova história".[43] Essa nova história seria sintetizada na "dura missão do rei",[44] dando a entender que o país estaria tão dividido quanto nas vésperas da Guerra Civil. Por isso ele teria uma "longa tarefa", [45] que seria a aproximação com os liberais e a composição de uma fórmula de governabilidade para o que se buscavam "nomes liberais"[46]. Interessante observar que nesse momento se define liberal como algo positivo, contrário à ditadura. E ao mesmo tempo se oculta o caráter umbilicalmente de ideologia capitalista da expressão liberal.

Por fim, para fechar o ano a revista publica em sua seção específica de entrevista o depoimento de Hugh Thomas, intitulado "rumos da nova Espanha". O entrevistado diz que "Juan Carlos não está inclinado a governar o país como Franco governou, e, de qualquer forma, há agora menos necessidade disso".[47] Ora, então, durante o período de Franco isso era necessário, a linha dura? Enfatiza que não, não haveria franquismo sem Franco. E conclui com o caso português, que já vivia o processo contra-revolucionário, para ele, exemplar: "a primeira vista a situação portuguesa poderia ser encarada como algo negativo para a Espanha. A direita poderia se aproveitar da situação ali reinante e argumentar: 'vejam o que acontece quando temos liberdade'. Mas, na verdade, Portugal parece estar evoluindo lentamente em direção a uma sociedade livre. Eu acho que isso é possível. Tal evolução seria muito encorajadora para a Espanha".[48] Assim, o modelo seria esse: derruba-se a ditadura mas a "liberdade" só poderia ser legítima se fosse também anticomunista.

Essa pesquisa seguirá, analisando também o jornal Folha de São Paulo e abarcando um período mais extenso, até 1979.

[43] Veja. Uma vida no passado. 26/11/1975, p. 36.
[44] Veja. A dura missão do rei. 3/12/1975, p. 37.
[45] Veja. A longa tarefa. 10/12/1975, p. 38.
[46] Veja. Nomes liberais. 17/12/1975, p. 32.
[47] Veja. Rumos da nova Espanha. Jader Oliveira entrevista Hugh Thomas. 24/12/1975, p. 3.
[48] Idem.

Bibliografia

BLANCO, Juan Antonio. El PCE y El PSOE em (La) transición. Madrid, Siglo XXI, 2012.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). Espanha e Portugal: o fim das ditaduras. SP, Xamã, 1995.

LEMUS, e. ROSAS, F. VARELA, R. o fim das ditaduras ibéricas (1974-1978). Lisboa, Pluma, 2010.

MORAES, Reginaldo. A redemocratização espanhola. SP, Brasiliense, Tudo é História. N. 6. 1983.

PANIAGUA, Javier. La transición democrática. De La dictadura a La democracia em España. (1973-1986). Madrid, Vegap, 2009.

SILVA, Carla. VEJA: o indispensável partido neoliberal. Edunioeste, Cascavel, 2009.

VARELA, Raquel. (Coord). Revolução ou transição? História e memória da Revolução dos Cravos. Bertrand, Lisboa, 2012.

VITULLO, Gabriel. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. OPINIÃO PÚBLICA. Campinas, vol. 12, novembro 2006, p. 348-377.

ZEBONI, Laura. La construcción Del mito de Franco. Madrid, Cátedra, 2011.